



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## **PARA ALÉM DE UMA TRAGÉDIA: HISTÓRIA, POLÍTICA E FICÇÃO EM “OS MAIAS” DE EÇA DE QUEIRÓS**

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior\*

1

Antes de qualquer coisa gostaria de agradecer aos idealizadores desse grupo de trabalho, bem como do próprio Simpósio Nacional de História Cultural, a oportunidade de poder socializar o projeto que tenho me dedicado atualmente. Esse tipo de experiência é fundamental para o desenvolvimento de uma das principais atividades da academia, o debate. Além disso, as trocas de experiências entre diferentes pesquisadores, tradições e culturas acadêmicas podem corroborar muito para a consolidação de uma pesquisa em andamento. Por conseguinte, vale destacar de antemão que este texto apresenta alguns apontamentos de uma proposta de pesquisa para doutoramento que está em processo de elaboração. Espero, com efeito, que minhas colocações a cerca dessa proposição investigativa possam atender aos objetivos desse Simpósio Temático e que as discussões desenvolvidas no mesmo colaborem, por sua vez, com a pesquisa que se pretende desenvolver.

Trata-se de uma investigação que versa sobre as representações políticas literárias de Eça de Queirós. O objetivo principal é analisar como características

---

\* Graduado em História e mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG

importantes dos debates e do imaginário político da época, nomeadamente com relação ao processo de implementação do liberalismo em Portugal, são ressignificados por meio da produção literária. Cabe salientar ainda a importância das representações e das estratégias discursivas para a compreensão de determinadas culturas políticas, no caso específico, as culturas políticas portuguesas, tão significativas para a constituição de alguns dos traços de nossa própria sociedade.

Pesquisas como essas só são possíveis graças aos processos de transformações na concepção e na construção do conhecimento histórico. A ideia crescente entre os admiradores de *clio* de que a História não deve se limitar às investigações que privilegiam os documentos oficiais e/ou escritos é fundamental para esse processo. Desde pelo menos o início do século XX se tem difundido a crença de que o historiador é o investigador dos mais diferenciados fenômenos sociais e que, portanto, é preciso levar em conta a pluralidade de registros que podem revelar importantes características de determinadas esferas da vida em sociedade. Segundo Marc Bloch

(...) há muito tempo, com efeito, nossos precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinam a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém, a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da realidade [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar (BLOCH, 2001. p.54)

Nesse sentido, as pesquisas que tomam a literatura como objeto ou fonte têm chamado a atenção para a necessidade dos historiadores refletirem sobre os atos de “ler, sentir e narrar”, que marcam antes de tudo a própria construção do conhecimento histórico.

Foi por meio de leituras apaixonadas e instigantes dos romances de Eça de Queirós que surgiu a proposta de pesquisa discutida por hora nesta comunicação. Meu primeiro contato com o referido autor aconteceu em 2001, quando foi produzida uma minissérie sobre uma das mais belas obras do autor, “Os Maias”. Na época eu tinha 15 anos, era estudante de Ensino Médio, e impulsionado pela produção televisiva me tornei um queirosiano, isto é, leitor assíduo e admirador de um dos maiores escritores da língua portuguesa. Desde a primeira página arrolada surgiu um misto de inquietação e

curiosidade com relação aos escritos de Eça. Esses sentimentos desenvolveram-se principalmente a partir da percepção de que a priori o autor representava de forma ambivalente os processos de modernização desenvolvidos em Portugal. Se por um lado ele considerava que a sociedade portuguesa era ativa, beata e conservadora, devendo abrir-se para as “luzes” do pensamento e das práticas políticas liberais; por outro, suas representações colocavam em relevo a ideia de que tal sociedade deveria preservar valores tradicionais da nação que em outrora fora grande e poderosa.

As representações políticas que Eça de Queirós desenvolveu com relação a Portugal, nomeadamente aquelas elaboradas em “Os Maias”, me instigaram não só a me tornar um leitor de seus romances e de Literatura de uma forma mais genérica, mas também contribuíram significativamente para meu interesse crescente pela História. Nesse entremeio passei a me interessar cada vez mais pelos processos de narração, de construção de significados e de críticas com relação às diferentes e por vezes conflitantes experiências humanas que marcam a vida em sociedade. O meu desejo em ler literatura cresceu juntamente com o interesse em me tornar um leitor da realidade social.

Se a leitura foi e é um ponto de partida para a proposta de pesquisa que estou desenvolvendo e apresentando nesse encontro, não menos importante é o processo de sensibilização envolvido em tal operação. Com efeito, o que tenho elaborado nos últimos anos, sobretudo desde 2011, é a transformação da paixão inicial pela obra e crítica de Eça de Queirós em um projeto de pesquisa. É a transição da sensibilização primeira que marca o processo de levantamento de um problema que será direcionado a um contexto social, para aquela que está relacionada à elaboração de uma proposta investigativa.

Cada projeto exige do pesquisador um processo específico de sensibilização teórica e metodológica. Esse sensibilizar-se é uma operação complexa desenvolvida a longo e médio prazo. Em longo prazo, no meu caso, estão envolvidas as discussões iniciadas durante a graduação sobre a especificidade da produção do conhecimento histórico e seu diálogo com outros campos do conhecimento. Além disso, envolve também o mestrado, no qual discuti o papel do campo das representações para a análise

da noção de modernidade, tão cara ao mundo ocidental (pressuposto fundamental para a análise que tenho desenvolvido com e por meio do projeto sobre Eça de Queirós).

Em curto prazo, os procedimentos metodológicos adequados ao processo de análise da fonte literária têm sido mote dessa sensibilização epistemológica. A “epistemologia de prova”, que marca boa parte da produção do conhecimento histórico moderno (Classifico como “História moderna” a tradição historiográfica que deriva do diálogo com as Ciências Sociais), não é adequada ao processo de análise que toma a literatura como fonte. Como é de conhecimento de grande parte dos historiadores contemporâneos, as inferências diretas desenvolvidas por meio da análise documental, de certo, não revelam a verdade sobre uma determinada vivência humana. Entretanto, existem nesses tipos de documentos evidências mais objetivadas que, embora tenham que ser desconstruídas e problematizadas como qualquer outra fonte, acabam por apresentar nexos mais explícitos com a realidade social representada.

A ilusão metódica de que a produção do conhecimento histórico baseado em documentação oficial/original garante a elaboração de um texto que vai apresentar o passado tal como ele se processou tem sido substituída pela noção de que a produção do conhecimento histórico é uma interpretação da realidade, uma verdade possível a partir de uma produção cientificamente conduzida. Nesse sentido, pode-se afirmar que a história é uma narrativa, tal como a própria produção literária. História e Literatura são narrativas. A diferença é que a primeira, diferentemente da segunda, procura explicitar quais são os elementos que conferem às suas elaborações a verossimilhança, isto é, tem um compromisso em criar uma interpretação que tenha nexos mais bem definidos e delimitados com a realidade que pretende representar. Segundo Alcides Freire Ramos:

Hoje em dia sabemos que é um ‘truísmo’ afirmar que um texto escrito por um historiador, do ponto de vista narrativo, compartilha muitos elementos com os textos escritos por um romancista. Roland Barthers, Hayden Withe, Michel de Certau e Peter Gray, cada um a seu modo, mostraram isso de forma muito convincente. À luz de suas proposições é possível concluir que a escrita da história, como discurso, organiza-se sob forma de uma narração literária, só se diferencia desta na medida em que procura produzir um efeito de *realidade/verdade* por meio da citação de documentos. O que, em última análise, permite a verificabilidade. (RAMOS, 2002. p.39).

Tomar a literatura como fonte é produzir uma narrativa da narrativa. É trabalhar com a ficção, sabendo que essa faz parte de uma trama, de elaborações mentais que podem revelar importantes traços de uma sociedade. A produção literária é produto e produtora de realidades que historiador pode analisar por meio de sensibilidade e de *episteme* específicas. Segundo Pesavento refletir sobre a relação entre História e Literatura é tratar dos estudos sobre o:

(...) imaginário, que abriam uma janela para a recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados. Atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, o imaginário representa também o abstrato, o não-visto e não-experimentado. É elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real, pautando condutas e inspirando ações (PESAVENTO, 2006. p.2).

A relação entre História e Literatura é muito rica e complexa. Somente essa questão seria o suficiente para toda uma nova comunicação. Interessa agora apresentar algumas das análises iniciais que tenho desenvolvido com relação ao romance em questão.

### **O ROMANCE “OS MAIAS” COMO POSSIBILIDADE INTERPRETATIVA DAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS QUEIROSIANAS**

Os personagens a partir dos quais a ficção é irradiada (Afonso, Pedro, Maria Monfort, Carlos Eduardo e Maria Eduarda) configuram-se como atores de um palco onde são desenhados confrontos de natureza política. Devido às limitações do presente artigo, entretanto, não será possível confrontar todos eles dentro da análise pretendida, enfatizando tão somente as partes mais relevantes da obra que os mesmos protagonizam.

Dom Afonso da Maia, personagem que alude ao patriarca da família, possui singular relevância para o enredo. Dom Afonso é tecido pelo autor como um baluarte da nobreza ilustrada em oposição a uma burguesia afetada e superficial, que pouco se interessa em ser agente de transformação. Diante da letargia burguesa, opõe-se uma nobreza em sintonia com os ideais iluministas, cujas bases estão permeadas pelo

anticlericalismo. Afonso da Maia, personagem vital para o desenvolvimento da trama, atinge os píncaros da resistência frente ao discurso clerical em situações diversas. A origem familiar de Afonso já aponta para um agudo antagonismo à Igreja. Os pais desse são construídos pelo autor como guardiões da tradição portuguesa, voltados para a reverência ao catolicismo. Aos olhos deles, o filho materializa “(...) o mais feroz jacobino de Portugal” (QUEIRÓS, 1960, p. 15), sob a reprovação do pai, Caetano da Maia “(...) português antigo e fiel que se benzia ao nome de Robespierre (...) a quem atribuía os males, os da pátria e os seus (...)” (QUEIRÓS, 1960, p. 15).

Afonso da Maia, já casado com D. Maria Eduarda Runa, aproveitou o exílio na Inglaterra, impelido pelas cortes gerais, para curar sua aversão à pequenez portuguesa, na necessidade premente de uma nobreza portuguesa “(...) inteligente e digna, como a Aristocracia tory, (...) dando em tudo a dileção moral, formando os costumes e inspirando a literatura, vivendo com fausto e falando com gosto, exemplo de ideias altas e espelho de maneiras patricias (...)” (QUEIRÓS, 1960, p. 18).

A esposa de Dom Afonso não foge à regra dos compatriotas lusitanos, possuindo gritante religiosidade e aversão ao universo inglês. Depreende-se então que a consistente exaltação liberal de Afonso pouca diferença pôde fazer no sentido de encontrar uma esposa à “altura” de suas direções políticas, morais e intelectuais (tal como ocorrerá com o neto, Carlos Eduardo, que a partir dessa mesma falta se encantará por uma naturalizada inglesa, que o destino fatalista revelará ser sua irmã). Nesse contexto, há uma crítica sutil, habilmente tecida pelo autor, no sentido de evidenciar que tantos são os vértices que apontam para a paralisia religiosa, que mesmo as mentes mais sólidas mostram-se atadas frente a uma transformação efetiva, que se esvai ao longo de gerações contaminadas por tal apatia, fruto da onipresente devoção católica. Essa constatação é observada mesmo em Afonso da Maia, que apesar de toda a sua pompa filosófica, não deixa de acreditar piamente na força premonitória que o aflige. Na obra essa crítica é percebida junto ao fato de que Pedro da Maia, mesmo tendo uma referência paterna tomada pelo espírito liberal, é envolto, através da mãe, pelos tentáculos católicos da cultura portuguesa:

Odiando tudo o que era inglês, não consentira que seu filho, o Pedrinho, fosse estudar ao colégio de Richmond (...) que era um colégio católico. Não queria: aquele catolicismo sem romarias, sem

fogueiras pelo S. João, sem imagens do Senhor dos Passos, sem frades nas ruas – não lhe parecia a religião. A alma do seu Pedrinho não abandonaria ela à heresia;- e para o educar mandou vir de Lisboa o padre Vasques, capelão do conde de Runa. (QUEIRÓS, 1960, p. 21).

Pedro da Maia, envolvido por essa mentalidade beata, desenvolveu uma personalidade fraca, “Nenhum desejo forte parecera jamais vibrar naquela alma meio adormecida e passiva (...)”(QUEIRÓS, 1960, p. 24), o que aponta para a crítica queirosiana quanto ao espírito tacanho e acomodado que afligem os pios lusitanos, impregnados de religiosidade.

Os valores cultivados por Dom Afonso, fruto da intensa absorção dos valores concernentes à Ilustração o faziam “(...) duro, resistente aos desgostos e anos – que passavam por ele tão em vão (...)” (QUEIRÓS, 1960, p. 14), opondo-se ao desequilíbrio do filho, descortinado desde a morte da mãe. Os humores do jovem Pedro oscilavam então entre a dor extremada e os excessos em lupanares e botequins, e mesmo diante da súbita paixão por Maria Monfort foram esses devaneios intensificados. Nota-se uma tensão entre os valores decorrentes da Ilustração, incentivados por Dom Afonso, que primava pela força presente no controle das emoções, na razão que permite enxergar com os olhos de analista os melhores ângulos de um dado propósito e os valores perpetuados por Pedro; centrados na exacerbação dos sentimentos, seja por meio da devoção carola, dos mimos luxuosos a satisfazerem à esposa ou da descontrolada intensidade das emoções. Dom Afonso, que se julga na plenitude do exercício da razão, não compreende o desmedido sentimentalismo do filho, que se deixa seduzir por ente burguesa de tão “baixa estirpe”; cuja fortuna construída foi pelo intermédio da transgressão de valores morais tidos como irrefutáveis, dado o fato de “(...) ser a filha dum assassino, dum negreiro, a quem chamam também negreira! Afonso ergueu-se diante dele, (...) como a encarnação mesma da honra doméstica” (QUEIRÓS, 1960, p. 37).

Nesse ponto vale mencionar talvez a mais eloquente representação da ambivalência político-social da obra de Eça de Queiroz. Se por um lado a personagem de Afonso da Maia critica a beatice do filho, reivindicando uma postura mais racional, típica de um homem emanado pelas luzes do Iluminismo, por outro, ele não aceita a paixão de seu filho por Maria Monfort. Tal recusa é justificada pela condição burguesa

da rapariga, considerada pelo patriarca da família Maia como indigna, além de um pressentimento de D. Afonso, que, como já foi destacado, era um grande defensor da razão em detrimento da fé e das crendices.

Esse conflito fica nítido quando o autor define a vida de Pedro da Maia e Maria Monfort como sendo tomada por luxos e festas “(...) que, segundo dizia Alencar, o íntimo da casa, o cortesão de Madame, tinham um saborzinho de orgia *distinguée* como os poemas de Byron.”(QUEIRÓS, 1960, p. 43). Eça traça um longo abismo entre as concepções de pai e filho a partir dessa colocação, já que põe, de um lado, Afonso, revelado pelo autor como “herdeiro de Voltaire” e de outro, Pedro, cuja existência se assemelha aos “poemas de Byron”, escritor romântico. Parece haver, entre ambos, um antagonismo irreversível, tal como a impossibilidade de a nobreza esclarecida e a burguesia acomodada se encontrarem no âmbito social, político e cultural.

Maria Monfort, por sua vez, embora inebriasse a todos com “(...) uma impressão de causar aneurismas (...) arrastasse com um passo de Deusa a sua cauda de corte, sempre decotada como em noites de gala (...)” (QUEIRÓS, 1960, p. 28) é a representação de uma burguesia fraca e inerte, pouco sequiosa de transformações. Em contraste com a atuação mais efusiva da burguesia de outros países europeus, essa camada social detinha-se muito mais em deixar-se seduzir pelo fascínio de aproximar-se do *modus vivendi* nobre “(...) aquela velha Itália clássica enfastiava-a já: tantos mármoretes eternos, tantas madonas começavam (...) a dar tonturas à sua pobre cabeça! Suspirava por uma boa loja de modas (...). Depois tinha medo da Itália onde todo o mundo conspirava.” (QUEIRÓS, 1960, p. 40).

Tendo escrito a obra dentro de uma atmosfera realista, Eça pincela o enredo com aspectos naturalistas, o que confere uma predestinação fatalista aos personagens. No caso de Maria Monfort, essa personagem encarnava uma burguesia fadada ao fracasso, sem qualquer chance de redenção: “Afonso (...) olhava aquele cabisbaixo, aquela sombrinha escarlata, que, agora, se inclinava sobre Pedro, (...) parecia envolvê-lo todo – como uma larga mancha de sangue (...)”(QUEIRÓS, 1960, p.36). Nesse ponto é muito interessante, pois, embora Maria Monfort seja a personificação da desgraça, muito em função de sua posição social, ela, ao se apaixonar e se envolver com Pedro da Maia, devolve a vida, o entusiasmo àquele soturno e fraco rapaz.



O fatalismo é concretizado ao longo do enredo, quando Maria Monfort, a representante da burguesia letárgica, aspirante à nobreza, abandona Pedro da Maia, que simboliza a tradição e a debilidade da própria sociedade portuguesa; levando consigo sua filha, Maria Eduarda, e deixando o primogênito Carlos Eduardo aos cuidados da família portuguesa. O desatino de Pedro da Maia frente ao ocorrido levou a frágil personagem a suicidar-se. Nesse ponto vale destacar que Maria Monfort, antes de se apaixonar pelo nobre decadente pelo qual abandonou Pedro, tentava a todo custo conquistar o reconhecimento da nobreza lisboeta, incluindo aí, Afonso da Maia. Com efeito, a personagem, em determinado momento da obra, procura enobrecer-se, as cores, o luxo, o requinte, dão lugar as roupas negras, à vida reservada e dedicada aos afazeres domésticos e é nesse momento que Tancredo, o referido amante de Maria Monfort, aparece na ficção. Eça de Queirós parece entrever que a desgraça começa a partir do momento em que Maria Monfort, representante de uma burguesia afetada e superficial, se deixa enobrecer, sem nenhuma autenticidade.

Carlos Eduardo, filho da Monfort, foi deixado aos cuidados do avô paterno que se empenhou, assim como fizera de modo frustrado com Pedro, a proporcionar-lhe uma educação inglesa de princípios iluministas em que a razão sobrepunha à emoção. Carlos Eduardo fora educado por um preceptor inglês e depois disso cursou medicina na universidade de Coimbra, onde conheceu João da Ega, seu amigo inseparável, que é considerado por muitos especialistas como, por exemplo, Lins (1969), o alterego do autor. Ambos os personagens, assim como Afonso da Maia, representam importantes críticas de Eça ao atraso português dos oitocentos, como no trecho que segue:

Pela sombra passeavam rapazes aos pares, devagar, com flores na lapela, a calça apurada, luvas claras, fortemente pespontadas de negro. (...) Eles iam, repassavam, com um arzinho tímido e contrafeito, como mal-acostumados àquele vasto espaço, a tanta luz ao seu próprio chique. Carlos pasmava. Que faziam ali, às horas de trabalho, aqueles moços tristes de calça esguia? Não havia mulheres apenas num bando adiante uma criatura adoentada, de lenço e chulé, tomava sol; e duas matronas, com vidrilhos no mantelete (...), Ega esfregava as mãos. Sim, mas precioso! Porque essa simples forma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por ali como a coisa era. Tendo abandonado o seu feitio antigo, à D. João VI, que tão bem lhe ficava este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem caráter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos de idéias,

de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha (...) (QUEIRÓS, 1945, p. 702-703).

Os trechos supracitados exemplificam a crítica queirosiana que temos como foco nesta comunicação. No primeiro segmento pode-se perceber, por meio do diálogo entre João da Ega e Carlos Eduardo, uma descrença para com a figura feminina lusitana. Essa é apresentada como um ser sem vida e beleza, em contraposição a essa mulher desprovida de vitalidade, o romance apresenta Maria Eduarda, o estereótipo da dama inglesa, que irradia fino trato, elegância e sensualidade (que é a paixão incestuosa de um herdeiro da tradicional elite portuguesa). A exuberância inglesa destacada e a falta de vida portuguesa, sendo um dos símbolos de crítica empreendidos pelo autor à sociedade portuguesa. Nesse sentido, a mulher portuguesa desbotada, sem atrativos estéticos pode representar a debilidade da própria sociedade lusitana dos oitocentos.

Essa crítica a uma debilidade interna frente a uma valoração do externo também pode ser percebida para além dos estereótipos sociais, por meio de representações mais explicitamente políticas. Na segunda parte do trecho citado, João da Ega destaca uma modernização arranjada da política portuguesa. Arranjo sem originalidade que importa tudo do estrangeiro sem ao menos se preocupar com uma construção endógena que promovesse não só o progresso, mas sim a construção de uma “verdadeira civilização”. Nesse diálogo pode-se perceber uma forte crítica a um reformismo português que teria garantido a construção de um “liberalismo postiço”, “uma expressão híbrida da junção entre o Antigo Regime e a Revolução Constitucionalista”.

Nesse ponto vale destacar, ainda que de forma introdutória, o contexto em que Eça estava inserido e que ele procurava criticar. Portugal, ao longo do século XIX, como bem lembram Roque e Torgal (1993), passou por um conturbado processo em que se desenvolveu a crise do Antigo Regime. A sociedade portuguesa teria assistido, ainda de acordo com os autores, a uma conflituosa transformação em que as estruturas políticas e sociais do absolutismo começaram a ser solapadas e/ou redefinidas pelo liberalismo burguês. Esse processo teria sido marcado pelas: invasões francesas e a afirmação das ideias liberais (1807); passando pela revolução do Porto (1820); pelos movimentos constitucionalistas e as reações absolutistas dos anos 1830 e 1840; além

dos debates progressistas e republicanos das décadas de 1860 e 1870. É nesse último contexto em que surgiu uma geração de intelectuais, que Eça de Queirós fazia parte, crítica com relação ao processo de implementação da ordem liberal e seus desdobramentos. Mais do que:

(...) postular aleatórios sonhos de soberania fraccionada ou do que acalentar a miragem Ibérica resgatada pela fraternização das suas etnias, urgia refletir sobre os desvios e as perversões do liberalismo nacional. Mais do que cultivar a épica do embate social definitivo e justiceiro, havia que encontrar o seguro trilho da evolução, de uma evolução decerto transformadora e superadora do *statu quo*, mas insusceptível de se transviar por mal calculadas aventuras românticas ou por grandiloquências demagógicas. (HOMEM, 1993. p. 135)

Essa geração criticou, por meio principalmente da produção literária e noticiosa da época, o nacionalismo liberal e o que eles chamavam de as mazelas (morais, econômicas e políticas) da sociedade portuguesa. Defendendo valores genéricos como: justiça, humanidade, igualdade e liberdade, a chamada “geração nova” organizou um movimento que propunha uma renovação da literatura e, para além da questão estética, defendiam transformações políticas da sociedade em que estavam inseridos.

Antero de Quental, Teófilo Braga, Vieira de Castro, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós propunham explicitar as mazelas da sociedade portuguesa e a partir disso construir uma realidade mais justa e democrática. Com efeito, vale interpelar: Que projeto democrático seria esse? Qual o papel da produção literária para esse debate? Qual o posicionamento de Eça de Queirós com relação ao contexto português em que ele estava inserido e qual a relação desse posicionamento com a produção literária do autor? Como ele ressignifica o debate sobre a sociedade lusitana do qual fazia parte? Até que ponto pode-se dizer que sua obra representa características significativas do imaginário político português da segunda metade do século XIX? Essas são perguntas que pretendo responder no decorrer dessa pesquisa que ainda está por se fazer, entretanto, no que concerne à visão do autor com relação ao futuro da sociedade portuguesa, é possível inferir, por meio de suas representações, algumas reflexões iniciais. Vamos a elas por meio de uma breve análise do desfecho da obra “Os Maias”, que também marca o fim desta comunicação.

Sobre tal desfecho vale destacar dois pontos. O primeiro refere-se à desgraça deflagrada pelo romance incestuoso de Carlos e Maria Eduarda. Tal como no caso de Pedro, Afonso da Maia mais uma vez teve uma forte premonição com relação àquela mulher que o neto se envolvia. Maria Eduarda também não era bem vista pelo patriarca Maia e pela própria elite lisboeta. Também era considerada uma brasileira de reputação e origem duvidosas. Só que dessa vez o drama seria maior, uma vez que se tratava de um romance incestuoso. Afonso da Maia, ao descobrir toda a verdade sobre o trágico romance, sucumbe falecendo. Carlos e Maria então se separam com uma dor incomensurável.

Se o desfecho da ficção, de uma forma geral, aponta para um grande desapontamento e certo fatalismo, a cena final, quando Carlos Eduardo e seu companheiro Ega fazem um balanço sobre sua vida e da própria sociedade portuguesa, aponta para ambivalência política que se pretende investigar. Nessa cena, Ega e Carlos lamentam-se do atraso e da pobreza de espírito que pairavam em Portugal, além de afirmarem, taxativamente, que não valia a pena almejar nenhuma mudança, buscar nenhuma transformação. Essa convicção é quebrada quando o “americano” (bonde) passa e os dois personagens decidem correr, alegando ser possível alcançar aquele moderno meio de transporte. Esse desfecho sintetiza, de certa forma, a ideia de representação ambivalente desenvolvida pelo autor. Isso devido ao fato de que, se as personagens queirosianas alegam não valer a pena lutar por nenhuma transformação e que não era desejável “correr atrás” de nada, a corrida para que pudessem alcançar o bonde, que representa a própria noção de progresso do século XIX, contraria simbolicamente tal discurso. É possível acreditar nas promessas progressistas da ordem liberal burguesa? Portugal poderia alcançar os trilhos do caminho do progresso almejado? Se essas são perguntas aplicáveis à obra queirosiana, são também de grande atualidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, A **apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HOMEM, Amadeu Carvalho. **O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional**. In: MATTOSO, José et al. História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1993.

VI Simpósio Nacional de História Cultural  
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Teresina-PI  
ISBN: 978-85-98711-10-2

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história.** *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/1560>. <Consultado em: 15 de Junho 2012>.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**: episódios da vida romântica. Lisboa: Livros do Brasil, 1960.

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil**. Bauru: Edusc, 2002.

ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis. **Introdução**. In: MATTOSO, José et al. História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1993.